



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
REITORIA

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

ÁREA DE ATUAÇÃO: ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

“Passou em Engenharia na Federal. Está com a vida feita.”
“Coitado, entrou numa faculdade caça-níqueis. Vai enriquecer um ‘tubarão do ensino’ e vai se dar mal.”

Essas frases são fictícias, mas representam percepções entranhadas no nosso imaginário. A primeira descreve o caminho incensado e vitorioso de um jovem bem-nascido. A segunda refere-se aos milhões de criaturas, bem mais modestas, que precisam trabalhar para pagar uma faculdade noturna de duvidosa reputação. Dinheiro perdido, pois ficarão infelizes, subempregados ou desempregados.

Sobre sua infelicidade não me arrisco a especular. Porém, sucesso ou fracasso profissional se mede. E temos os números. A partir dos anos 60, alastra-se uma sequência de estudos tentando medir os rendimentos daqueles que cursaram este ou aquele nível de educação. Pelo mundo afora, ficou claro: quem tem mais escolaridade ganha mais. Aplicando aos gastos com educação o mesmo que se faz com capital físico, podemos calcular as taxas de retorno. Demonstrou-se que são maiores do que aquelas de investimentos em negócios. E, a despeito do rápido crescimento do ensino superior, esse diploma continua sendo um excelente investimento.

Tais resultados progressivamente se tornaram conhecidos. Porém, como nosso modelo de universidade pública é extravagante e caro, não houve e não haverá recursos para ser replicado. Daí a expansão fenomenal da rede privada, matriculando hoje 80% dos alunos.

Salário futuro tem algo de loteria, um diploma nunca produz 100% de vencedores. Sorte e geografia contam, bem como outros fatores. De fato, fracassam até mesmo alguns dos mais brilhantes graduados das mais celebradas universidades. Não obstante, mostram os números, quem passou quatro anos numa faculdade, mesmo que não seja das melhores, tem uma probabilidade elevada de sucesso.

Portanto, está equivocado quem proclama ser má ideia entrar numa faculdade, ainda que seja fraca. Na loteria do destino, as cartas estão marcadas, favorecendo quem decidiu passar mais tempo estudando, não importa onde.

Tenho sérias críticas quanto ao que se ensina e como se ensina na maioria dessas faculdades. Sobretudo porque há desencontro com o perfil dos seus alunos. Sem custar mais, poderiam ser muito melhores. Ainda assim, estão oferecendo um poderoso canal de mobilidade ascendente. São muitos os vitoriosos e poucos os fracassados.

(Claudio de Moura Castro, “Coitado, entrou numa faculdade ruim”, 03.08.2025. Disponível em: www.estadao.com.br. Adaptado)

- 01.** A partir das ideias expostas no texto sobre a relação entre sucesso profissional e formação em nível superior, é correto afirmar que o autor
- (A) rechaça a ideia de que pagar para fazer uma faculdade pode ser um instrumento de ascensão social.
 - (B) entende que, para se ganhar bem em um trabalho, fatores fortuitos não pesam, mas sim o esforço intelectual empregado.
 - (C) contraria visões pessimistas de que realizar um ensino superior de baixa qualidade seja um investimento ruim.
 - (D) defende a necessidade de ampliação do ensino superior público, para aumentar as chances de sucesso dos brasileiros.
 - (E) elenca as razões que têm levado os detratores do ensino superior privado ao fracasso profissional.
- 02.** As frases apresentadas no 1º parágrafo do texto dizem respeito a
- (A) uma imaginação verossímil calcada em concepções populares sobre o ensino superior.
 - (B) um estereótipo resultante do comportamento de jovens que ingressam na graduação.
 - (C) um preconceito infundado de que faculdades particulares descuidam de seus clientes.
 - (D) uma idealização que tem correspondência fidedigna com a formação universitária.
 - (E) uma construção fantasiosa para ilustrar a homogeneidade do ensino superior brasileiro.
- 03.** Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque foi empregado em sentido próprio.
- (A) “Coitado, entrou numa faculdade caça-níqueis. Vai enriquecer um ‘**tubarão** do ensino’ e vai se dar mal.” (1º parágrafo)
 - (B) Essas frases são fictícias, mas representam percepções **entranhadas** no nosso imaginário. (2º parágrafo)
 - (C) A primeira descreve o caminho **incensado** e vitorioso de um jovem bem-nascido. (2º parágrafo)
 - (D) De fato, fracassam até mesmo alguns dos mais **brilhantes** graduados das mais celebradas universidades. (5º parágrafo)
 - (E) Portanto, está **equivocado** quem proclama ser má ideia entrar numa faculdade, ainda que seja fraca. (6º parágrafo)

04. No trecho “**Não obstante**, mostram os números, quem passou quatro anos numa faculdade, **mesmo que** não seja das melhores, tem uma probabilidade elevada de sucesso.” (5º parágrafo), pode-se afirmar sobre as expressões em destaque que

- (A) a primeira estabelece relação de sentido de oposição; enquanto a segunda, de comparação.
- (B) a primeira estabelece relação de sentido de concessão; enquanto a segunda, de causa.
- (C) a primeira estabelece relação de sentido de conclusão; enquanto a segunda, de comparação.
- (D) ambas estabelecem relação de sentido de concessão.
- (E) ambas estabelecem relação de sentido de causa.

05. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque pode ser substituída pelo que está entre colchetes, mantendo-se a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Sobre sua infelicidade não **me arrisco** [arrisco-me] a especular. (3º parágrafo)
- (B) Porém, sucesso ou fracasso profissional **se mede** [mede-se]. (3º parágrafo)
- (C) **Demonstrou-se** [Se demonstrou] que são maiores do que aquelas de investimentos em negócios. (3º parágrafo)
- (D) Tais resultados progressivamente **se tornaram** [tornaram-se] conhecidos. (4º parágrafo)
- (E) Tenho sérias críticas quanto ao que **se ensina** [ensina-se] e como se ensina... (7º parágrafo)

06. Está em conformidade com a norma-padrão de regência verbal e nominal a frase:

- (A) Muitos entram nas universidades, mas poucos chegam formar-se em um curso de nível superior.
- (B) Jovens que aspiram a um diploma buscam uma forma de consegui-lo no ensino público ou privado.
- (C) O êxito profissional a que muitos almejam não é garantido pela formação universitária, mas é facilitado por ela.
- (D) Independentemente do país observado, é evidente de que estudar mais permite ter salários melhores.
- (E) O investimento com a própria educação tem mostrado um retorno mais garantido do que com certos negócios.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 09:

Jean Cocteau aconselhava aos jovens escritores que fizessem a seguinte invocação: livrai-me, Senhor, de escrever o livro esperado.

Na verdade, o livro esperado é uma tentação muito veemente. Há um estilo esperado, há um ritmo esperado, há imagens esperadas, adjetivos esperados. Há sobretudo ideias, sentimentos e emoções ansiosamente esperados. Em resumo, quer nos círculos em que os *best-sellers* triunfam, quer nas rodas intelectuais mais requintadas, há, em cada época, um conjunto de necessidades ideais ou estilísticas que configuram as obras antes que elas sejam escritas. Escrevê-las, o que é um certo modo plagiá-las, é tornar-se imediatamente um contemporâneo. O contemporâneo não precisa entregar-se ao hábito de pensar: tudo está pensado para ele. Não precisa encontrar a sua forma, o seu estilo: ambos estão feitos. O contemporâneo, entretanto, é um ser de excepcional habilidade: tem um invejável faro, um instinto apurado. Ele equaciona o seu problema pessoal nos seguintes termos: produzir a obra que não seja uma cópia de outra qualquer, mas que obtenha resultados idênticos àqueles conseguidos por este ou aquele livro já consagrado manifestamente.

Outra questão se coloca diante do contemporâneo: para acertar mais de cheio no alvo, ele deve distinguir o seu público. E ele o escolhe entre a meia dúzia de grupos que reconhece, separadamente, a meia dúzia de escritores mais expressivos ou mais aclamados. Em outras palavras, o contemporâneo visa penetrar clandestinamente numa freguesia alheia, obtendo para si um pouco dos aplausos que um escritor mais antigo monopoliza totalmente. Sendo esperto, ele consegue imediatamente atrair a simpatia de um grupo, um grupo inexoravelmente convicto de suas ideias morais, estéticas e políticas.

(Paulo Mendes Campos, “Os contemporâneos”, 27.10.1946. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br>. Adaptado)

07. Está em conformidade com o que foi afirmado no texto e com a norma-padrão de pontuação a frase:
- (A) O autor do texto considera que, há expectativas em torno de um livro, as quais devem ser evitadas pelo bom escritor.
 - (B) A adequação a um determinado padrão de escrita – ansiada pelos mais jovens –, é uma exigência para um livro vender bem.
 - (C) O autor dito contemporâneo equilibra bem sua obra, para que não seja um plágio evidente nem um fracasso de vendas.
 - (D) Os escritores mais velhos conseguem escapar, mais facilmente da tentação de usurparem o que é uma produção alheia.
 - (E) A expectativa gerada em torno de um livro tem mais a ver com um desejo do mercado; do que com o ideal literário.
08. Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque pode ser substituído por **firmemente**, mantendo-se o sentido do trecho.
- (A) Há sobretudo ideias, sentimentos e emoções **ansiosamente** esperados. (2º parágrafo)
 - (B) Escrevê-las, o que é um certo modo plagiá-las, é tornar-se **imediatamente** um contemporâneo. (2º parágrafo)
 - (C) ... resultados idênticos àqueles conseguidos por este ou aquele livro já consagrado **manifestamente**. (2º parágrafo)
 - (D) ... o contemporâneo visa penetrar **clandestinamente** numa freguesia alheia... (3º parágrafo)
 - (E) ... um grupo **inexoravelmente** convicto de suas ideias morais, estéticas e políticas. (3º parágrafo)
09. É possível substituir o vocábulo destacado pelo que está entre colchetes, mantendo-se o sentido e a norma-padrão de concordância, na frase:
- (A) Há sobretudo ideias, sentimentos e emoções ansiosamente **esperados** [aguardadas]. (2º parágrafo)
 - (B) Em resumo, quer nos círculos em que os *best-sellers* triunfam, quer nas rodas intelectuais mais **requintadas** [refinados]... (2º parágrafo)
 - (C) ... **há** [existem], em cada época, um conjunto de necessidades ideais ou estilísticas que configuram as obras antes que elas sejam escritas. (2º parágrafo)
 - (D) ... produzir a obra que não seja uma cópia de outra qualquer, mas que **obtenha** [angariem] resultados idênticos... (2º parágrafo)
 - (E) ... obtendo para si um pouco dos aplausos que um escritor mais antigo **monopoliza** [detêm] totalmente. (3º parágrafo)
10. Uma obra corresponde _____ uma criação autoral, podendo ser inédita ou não, mas, quando ela é muito similar _____ de outro autor, considera-se que há plágio, crime sujeito _____ punições severas, como prisão, caso se conclua que o suposto autor infringiu _____ lei.
- As lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, por:
- (A) a ... a ... a ... à
 - (B) a ... à ... a ... a
 - (C) à ... a ... à ... a
 - (D) à ... a ... às ... à
 - (E) à ... à ... as ... a

11. A senha de uma porta com fechadura eletrônica é o número resultante do cálculo da expressão:

$$\left((16^2)^{\frac{1}{4}} + (16^3)^{\frac{1}{6}} \right)^{\frac{2}{3}} + \left(\left((16^2)^{\frac{1}{4}} + (16^3)^{\frac{1}{6}} \right)^{\frac{2}{3}} - 1 \right) \cdot \left(\left((16^2)^{\frac{1}{4}} + (16^3)^{\frac{1}{6}} \right)^{\frac{2}{3}} + 1 \right)$$

A senha dessa fechadura é um valor que pertence ao intervalo de números entre

- (A) 9 e 15.
- (B) 15 e 21.
- (C) 21 e 27.
- (D) 27 e 33.
- (E) 33 e 39.

12. Em 2023, o preço de um produto sofreu um aumento de 8% sobre seu preço original. Em 2024, o mesmo produto aumentou 15% e terminou o ano a R\$ 55,89. A partir dessas informações, é correto afirmar que o preço original desse produto era

- (A) R\$ 41,00.
- (B) R\$ 42,30.
- (C) R\$ 43,70.
- (D) R\$ 45,00.
- (E) R\$ 45,80.

13. Considere o triângulo ABC a seguir, que representa o contorno de um terreno cujas medidas são: AB = 130 m; BD = 120 m e BC = 150 m:

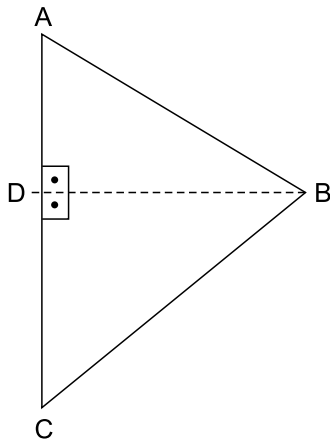


Figura fora de escala

Da área total do terreno, $\frac{3}{8}$ estão reservados para edificações e $\frac{2}{5}$ estão reservados para estacionamentos e calçadas. O restante da área será destinada à jardinagem, que ocupará uma área de

- (A) 5.250 m².
- (B) 5.040 m².
- (C) 3.150 m².
- (D) 1.890 m².
- (E) 945 m².

R A S C U N H O

14. O setor de inovação e o de vendas de uma empresa contam, respectivamente, com 15 e 9 funcionários. Com idades menores do que 30 anos, o setor de inovação possui 8 funcionários e o de vendas possui 5.

Para compor a comissão de planejamento estratégico dessa empresa, a diretoria convocará 2 funcionários de cada um desses setores e a escolha será por meio de um sorteio.

A probabilidade de que os 4 sorteados tenham menos do que 30 anos é um valor entre

- (A) 2% e 4%
- (B) 4% e 6%
- (C) 6% e 8%
- (D) 8% e 10%
- (E) 10% e 12%

15. A sequência numérica a seguir foi criada com um padrão lógico aritmético.

7, 8, 9, 8, 10, 12, 10, 13, 16, 13, 17, 21, 17, 22, 27, 22, 28, 34, ...

Seja F o 24º elemento, G o 28º elemento e H o 35º elemento. O resultado da expressão numérica $F + G - H$ é igual a

- (A) 30.
- (B) 29.
- (C) 25.
- (D) 21.
- (E) 18.

LEGISLAÇÃO

16. Considere que John é inglês e Maria é brasileira, que são casados e moraram em São Paulo durante dez anos. No entanto, mudaram-se para Londres, na Inglaterra, e lá tiveram uma filha, Rose, que não foi registrada em repartição brasileira. Após completar 18 (dezoito) anos, Rose se mudou para o Brasil com o fim de empreender e agora, passados cinco anos de residência ininterrupta no Município de Ilha Solteira, deseja concorrer ao cargo de prefeita no referido município.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) se John não tiver nenhuma condenação penal, ele deve ser considerado como brasileiro naturalizado.
- (B) Rose será considerada brasileira naturalizada após comprovar residência ininterrupta no Brasil por dez anos e fluência na língua portuguesa.
- (C) se o casamento de John e Maria tiver ocorrido no Brasil e houver comprovação de que John possui fluência na língua portuguesa, ele deve ser considerado como brasileiro naturalizado.
- (D) se Rose optar pela nacionalidade brasileira, ela será considerada como brasileira nata, podendo concorrer ao cargo de prefeita, se preenchidos os demais requisitos.
- (E) como é brasileira naturalizada, Rose poderá concorrer ao cargo de Prefeita de Ilha Solteira, desde que tenha vinte e cinco anos completos e preencha os demais requisitos.

17. Suponha que o Estado X deixou de entregar, aos Municípios, receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, bem como suspendeu o pagamento da dívida fundada por três anos consecutivos, sem se verificar qualquer motivo de força maior.

Com relação ao disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a União

- (A) tem o dever de decretar a intervenção federal, a qual depende de provimento pelo Supremo Tribunal Federal e de representação formulada pelo Procurador-Geral da República.
- (B) poderá decretar a intervenção federal e, cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.
- (C) não poderá decretar a intervenção federal, pois a intervenção é possível após a suspensão do pagamento da dívida fundada por pelo menos cinco anos consecutivos.
- (D) poderá decretar a intervenção federal, desde que tenha havido requerimento de pelo menos um terço dos municípios atingidos pelas medidas.
- (E) deverá decretar a intervenção federal e, se o Congresso Nacional não estiver funcionando, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de quarenta e oito horas.

18. Suponha que Marcos e Alice acabaram de ser admitidos, por meio de processo seletivo público, como agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, respectivamente.

Considerando o relato e o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o vencimento de Marcos não poderá ser inferior a dois salários mínimos, enquanto o de Alice deverá ser de um salário mínimo.
- (B) tanto Marcos quanto Alice terão aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.
- (C) Marcos terá direito à aposentadoria especial, mas somente Alice receberá mensalmente adicional de insalubridade e ambos receberão, pelo menos, três salários mínimos.
- (D) os vencimentos de Marcos e Alice serão pagos com recursos consignados no orçamento geral do Estado, com dotação própria, mas não exclusiva.
- (E) tanto Marcos quanto Alice terão direito à aposentadoria especial e vencimentos que correspondem a, pelo menos, cinco salários mínimos, mas não receberão adicional de insalubridade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. Considere que Letícia é aluna da Unesp e, por estar passando por problemas familiares, não tem conseguido estudar com regularidade, o que ocasionou sua reprovação duas vezes consecutivas, por Jorge, professor da disciplina Biologia Celular, no curso de Zootecnia.

Com base na situação apresentada e no disposto no Regimento Geral da Unesp, é correto afirmar:

- (A) deverá ser aberta uma sindicância para investigar a conduta de Jorge, pois não é permitido reprovar a mesma aluna duas vezes consecutivas na mesma disciplina.
- (B) para Letícia ter sido reprovada, significa que ela não atingiu a nota mínima, que é de 6 pontos, ou não obteve a frequência exigida, que é de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das atividades escolares programadas.
- (C) a regulamentação assegurará à Letícia o direito de ter uma banca especial indicada pelo Conselho de Departamento.
- (D) em face do baixo desempenho de Letícia, a matrícula dela na Unesp será automaticamente suspensa por seis meses.
- (E) como Letícia foi reprovada duas vezes consecutivas, pelo mesmo professor e na mesma disciplina, ela deverá passar por uma avaliação oral, formada por professores indicados pelo Diretor do Departamento.

20. Suponha que Marta é aluna da Unesp e, por incidir em infração disciplinar, a ela foi aplicada a pena de suspensão, da qual ela teve ciência na data de hoje, por meio da publicação da decisão.

A partir da situação apresentada e no disposto do Regimento Geral da Unesp, é correto afirmar:

- (A) o registro da sanção aplicada constará no histórico escolar de Marta, em campo específico denominado "Infrações".
- (B) a pena de suspensão de Marta deverá ser aplicada pelo Reitor, sob pena de anulação.
- (C) para ser aplicada a pena de suspensão, a infração disciplinar ocorreu extracampus.
- (D) Marta poderá recorrer ao órgão colegiado superior competente no prazo de até 08 (oito) dias, contado da ciência da decisão.
- (E) será cancelado do prontuário de Marta o registro da suspensão se, no prazo de um ano da aplicação, ela não incorrer em reincidência.

21. Um dos princípios do Código de Ética do assistente social é o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Nesse sentido, o Código determina no artigo 3º (c) como um dos deveres do assistente social, abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem

- (A) a ingerência na formulação, implementação e desenvolvimento das políticas e de programas sociais, de âmbito público ou privado.
- (B) a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- (C) o desrespeito às decisões dos usuários, exceto àquelas que sejam contrárias aos valores e procedimentos profissionais.
- (D) a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
- (E) a postura solidária com outros profissionais, eximindo-se de denunciar atos que contrariem os princípios do trabalho interdisciplinar.

22. A questão social se constitui objeto do Serviço Social, na medida em que representa uma perspectiva de análise da sociedade capitalista, ou seja, da forma como os indivíduos vivenciam a contradição capital-trabalho. É uma categoria que expressa as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos e nas condições de vida. Neste terreno contraditório, entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social representa não só as desigualdades, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Nessa perspectiva, é correto afirmar que a questão social põe em foco a separação entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia

- (A) da política.
- (B) da moral.
- (C) do dever.
- (D) da economia.
- (E) do contrato.

- 23.** O estabelecimento da Seguridade Social brasileira possibilitou a construção da proteção social de assistência social, materializada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se ancora em princípios organizativos. Um deles é o da gratuidade, que assegura sua proteção específica para todos os cidadãos que dela necessitem, sem exigência de contribuição ou contrapartida. A organização do SUAS também tem como fundamento a oferta de provisões, por meio de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o que corresponde ao princípio da
- (A) prevalência de seu caráter público.
 - (B) seletividade das ofertas assistenciais.
 - (C) integralidade da proteção social.
 - (D) planificação continuada e permanente.
 - (E) execução de uma política plena.
- 24.** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, dos eixos estruturantes e de subsistemas, entre os quais está
- (A) o Financiamento Universal.
 - (B) a Proteção Social Básica.
 - (C) a Reciprocidade da Gestão.
 - (D) a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.
 - (E) a Seletividade do Território e Segmentos.
- 25.** A gestão da informação no âmbito do SUAS dimensiona o tratamento dos dados tendo como perspectiva as possibilidades de geração de processos e produtos que ocasionem alterações significativas nos modelos institucionais de gestão e, sobretudo, no alcance, na solução e na visibilidade da ação da política de assistência social. Diretamente vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem instituir a área de
- (A) Pesquisa de Demandas.
 - (B) Diagnóstico Socioterritorial.
 - (C) Gestão de Resultados.
 - (D) Publicização das Ações.
 - (E) Vigilância Socioassistencial.
- 26.** O modelo de gestão das Proteções Básica e Especial do SUAS é descentralizado e participativo, pautado no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais. A União formula, apoia, articula e coordena as ações, enquanto os Estados e municípios são responsáveis pela gestão em seu âmbito de competência. Na gestão do SUAS, organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial constituem responsabilidades do Distrito Federal e
- (A) da União.
 - (B) dos municípios.
 - (C) dos três entes federados.
 - (D) dos Estados.
 - (E) da União e respectivo Estado.
- 27.** A dimensão técnico-operativa do planejamento social é constituída pelas teorias, instrumentos, técnicas e habilidades para implementação das ações. Essa dimensão também indica as possibilidades de intervir sobre a realidade, produzindo determinados resultados. Sempre vinculado a uma política, o planejamento social é balizado também pelas dimensões sócio-histórica e ético-política. É correto afirmar que, construído a partir desses pressupostos, o processo de planejamento social e a formulação de projetos de intervenção profissional são concebidos em uma perspectiva
- (A) prático-crítica.
 - (B) instrumental-burocrática.
 - (C) estrutural-funcionalista.
 - (D) idealista-utópica.
 - (E) teórico-pragmática
- 28.** A Assistência Social estabelece valores de duas ordens: materiais e imateriais, que, ligados à prestação de serviços públicos, consolidam os direitos socioassistenciais. À medida em que tais direitos são alçados à condição de direitos sociais, cria-se, paralelamente, para o Estado, o dever de concretizá-los, por meio de benefícios e aquisições decorrentes dos serviços. Colocada no campo normativo, a assistência social e o acesso aos direitos socioassistenciais pressupõem um sujeito credor e outro devedor, consistindo-se em uma relação
- (A) solidária.
 - (B) informal.
 - (C) jurídica.
 - (D) estável.
 - (E) tutelar.

- 29.** No campo da Assistência Social, tradicionalmente, no Brasil, o atendimento à população vulnerável foi marcado por um modelo caracterizado pela benemerência que, ao contrário de legitimar direitos, reforçava a subalternidade e a dependência dos usuários de serviços sociais em relação às ações estatais e à filantropia privada. Com a Constituição Federal de 1988, foi instituída uma nova política nacional prestadora dos serviços socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a exemplo do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, tipificado como de Proteção Social
- (A) Básica.
 - (B) Especial de Média Complexidade.
 - (C) Suplementar e Eventual.
 - (D) Integral.
 - (E) Especial de Alta Complexidade.
- 30.** A mudança da Assistência Social, a partir de sua concepção com a Constituição Federal de 1988, representou uma revolução no campo da proteção social brasileira. Por essa razão, falar da Assistência Social como política pública é referir-se a um processo complexo que ao mesmo tempo é racional, ético e cívico. Trata-se de um processo de escolha e tomada de decisões coletivas, que implica não só gestão e aplicação de programas, serviços e recursos, mas que tem como principal compromisso a melhor satisfação possível de necessidades sociais. Nessa perspectiva, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no seu artigo 5º, estabelece como diretriz da assistência social, entre outras,
- (A) a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais e dos critérios para sua concessão.
 - (B) o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade.
 - (C) a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que operam a proteção social não contributiva.
 - (D) a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - (E) a integração da rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.
- 31.** O orçamento e os fundos de Assistência Social são instrumentos indispensáveis à gestão financeira do SUAS. Conforme determina o artigo 45 da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS-2012), a gestão financeira e orçamentária da Assistência Social implica na observância dos princípios da administração pública, em especial: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a
- (A) transparência.
 - (B) lealdade.
 - (C) eficiência.
 - (D) autonomia.
 - (E) paridade.
- 32.** A Lei nº 14.914/2024 institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. O Programa de Assistência Estudantil (PAE) destina-se a estudantes matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. De acordo com o artigo 5º (§ 3º) da referida Lei, o PAE poderá prever a concessão de outros benefícios a seus destinatários que se articulem com as ações de assistência estudantil previstas neste artigo,
- (A) genericamente.
 - (B) cumulativamente.
 - (C) facultativamente.
 - (D) excepcionalmente.
 - (E) seletivamente.
- 33.** É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse sentido, a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. O artigo 18-A (parágrafo único, inciso II) do ECA, define tratamento cruel ou degradante como conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe ou ameace gravemente ou
- (A) ridicularize.
 - (B) intimide.
 - (C) desqualifique.
 - (D) reprima.
 - (E) desprestigie.

34. O crescimento da população idosa no Brasil nas últimas décadas é impulsionado pela queda da taxa de fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Esse contexto exige a atenção de uma política pública que considere a inversão da pirâmide populacional e garanta a priorização do atendimento às demandas próprias desse segmento. Em se tratando da Assistência Social, o Estatuto da Pessoa Idosa determina que essa política será prestada de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional da Pessoa Idosa, no SUS e nas demais normas pertinentes. No seu artigo 47 (inciso II), o Estatuto estabelece como uma das linhas da ação da política de atendimento desse segmento: políticas e programas de assistência social, para aqueles que necessitarem,
- (A) na modalidade especial.
 - (B) em caráter supletivo.
 - (C) isoladas ou cumulativamente.
 - (D) com cobertura plena.
 - (E) de natureza compensatória.
35. A articulação entre o Estado, a sociedade civil, a comunidade e o usuário da política social, caracteriza uma governança participativa, na medida em que aponta para soluções democraticamente partilhadas. Interagindo de forma conflituosa ou cooperativa, outros sujeitos estão presentes na arena pública, entre os quais, os movimentos sociais, as organizações sociais e a iniciativa privada. Nesse modelo de governança e governabilidade social, os sujeitos sociais reagem às intermediações dos partidos políticos, mas é o Estado que tem o papel central na regulação
- (A) da prestação de serviços.
 - (B) da seletividade dos usuários.
 - (C) da hierarquização setorial.
 - (D) de iniciativas substitutivas à política.
 - (E) da superposição das ações.
36. Direção, organização, planejamento e controle constituem as quatro funções básicas para gerir uma organização, uma política, programa ou projeto. A interrelação de tais funções é permanente e dinâmica, condição essa que qualifica e determina o processo de gestão. Nesse sentido, é correto afirmar que a implementação de cada uma dessas funções deve ser orientada pela perspectiva teórico-política que fundamenta
- (A) os interesses unilaterais.
 - (B) o resultado.
 - (C) o regime vigente.
 - (D) as expectativas imediatas.
 - (E) a gestão.
37. A análise da situação concreta é a dimensão fundamental de um planejamento que se pretenda estratégico. Essa dimensão permite que os planejadores analisem a realidade em sua dinamicidade, buscando compreender as diversas determinações que a constituem e as relações entre os diferentes sujeitos que atuam sobre ela. Nessa perspectiva, o procedimento estratégico não se sobrepõe à realidade, emerge dela, por isso deve ser situacional. Diferentemente do modelo corporativo, o planejamento estratégico situacional possui um elemento central, que é a perspectiva de
- (A) previsão.
 - (B) indução.
 - (C) abstração.
 - (D) superação.
 - (E) homologação.
38. A avaliação de políticas públicas mostra-se relevante na medida em que busca mensurar seu impacto na realidade. Esse impacto pode ser objetivo (condições materiais de vida da população), subjetivo (dimensão ideológica e cultural) ou substantivo (avanço qualitativo na vida da população usuária da política). A avaliação de impacto procura identificar em que medida a política alcança seus objetivos e quais são seus efeitos secundários, previstos e não previstos. Em se tratando dos vários momentos que a caracterizam, a avaliação de impacto é realizada quando a política se encontra
- (A) no formato de projeto.
 - (B) em fase de teste.
 - (C) em execução.
 - (D) suspensa temporariamente.
 - (E) com restrições operacionais.
39. Com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada em relação ao controle do Estado, mas também no processo de decisão, formulação, gestão e implementação das políticas sociais. A garantia de direitos sociais nesse campo foi acompanhada da consolidação de uma nova institucionalidade. Todavia, esse processo se efetiva principalmente por meio dos diversos formatos de conselhos, incorporando, além dos movimentos sociais, vários outros sujeitos e grupos presentes no debate público setorial. À essa participação são atribuídos três sentidos: capacidade da sociedade de alargamento de direitos; transparência na deliberação e visibilidade das ações; e maior evidência
- (A) da omissão da população.
 - (B) das demandas sociais.
 - (C) de resultados genéricos.
 - (D) de ingerências políticas.
 - (E) de intervenções difusas.

40. O trabalho do assistente social na Política de Educação, com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político da categoria, pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, a partir da mediação de programas governamentais, instituídos por pressão da sociedade civil, responde especialmente às requisições socioinstitucionais de

- (A) correção de fluxo das séries e níveis de educação.
- (B) combate e busca de soluções para as faltas e a evasão escolar.
- (C) resgate do aprendizado técnico e profissionalizante.
- (D) ampliação de acesso e de permanência à educação escolarizada.
- (E) atuação na redução de danos e tensões do cotidiano escolar.

